

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	18
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	49
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	50
10.5 - Políticas contábeis críticas	59
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	60
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	61
10.8 - Plano de Negócios	62
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- (a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de auditoria interna e gestão de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração na data 11 de fevereiro de 2019. Além disso o Grupo Cosan aprovou uma política aplicável as controladas em 29 de outubro de 2018.

A política tem por objetivo descrever as atividades da área de Gestão de Riscos da Companhia e trazer a definição dos riscos, instrumentos de proteção, estrutura organizacional, avaliação da estrutura, diretrizes e definições metodológicas para definição dos limites aceitáveis.

Conforme consta no item 4.1 da referida Política, a Companhia possui departamento específico de Gerenciamento de Riscos bem como o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário e a Diretoria da Companhia, que realizam o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos. Ainda, anualmente, a Diretoria avalia a eficácia deste procedimento e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e reporta ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Em seu item 4.2, é destacada a avaliação da estrutura, realizada pelo Comitê de Auditoria da Companhia, que desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional de Gestão de Riscos de forma a garantir a efetividade do procedimento de Gestão de Riscos. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria Estatutário e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de gerenciamento de riscos está adequada.

Com relação às diretrizes dos limites aceitáveis, a Política traz, em seu item 3.1.1, os critérios para definição de apetite ao risco, utilizado na avaliação de impacto versus probabilidade, de forma que haja a apuração do risco inerente e residual e o posicionamento do mesmo dentro da matriz de riscos.

- (b) Dos objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(1) dos riscos para os quais se busca proteção

Conforme já mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Companhia. As principais naturezas dos riscos são destacadas abaixo:

Riscos Estratégicos estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Companhia quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.

Juros: também associado à volatilidade do mercado. A Companhia pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Companhia.

Liquidez: Situação em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.

Crédito: associado às contrapartes da Companhia que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, etc.

(2) dos instrumentos utilizados para proteção

A Comgás mantém estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, como Controle Interno, SSMA (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), Gestão de Crises e Gestão de Riscos, e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave da Companhia, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação desses riscos. Também é utilizada, quando aplicável, a contratação de seguros para os riscos operacionais descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, como o risco "O transporte e armazenamento de gás natural envolvem riscos que podem resultar em acidentes e outros riscos e custos operacionais que poderão afetar os resultados operacionais, fluxo de caixa e a situação financeira da Comgás", para o qual a Companhia possui seguro contratado.

A atuação em conjunto das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria, responsável pelo processo onde o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar**: Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reduzir**: Quando são aplicáveis os controles internos (por exemplo, aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar**: Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Aceitar:** Quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de riscos financeiros, há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Câmbio	<ul style="list-style-type: none"> - Non Deliverable Forward (NDF) - Swap - Contrato Futuro de Câmbio - Contrato de Câmbio - Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	<ul style="list-style-type: none"> - Swap - Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> - Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo - Contratação de limites para saque (Standby Credit Facility e Conta Garantida)
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> - Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's. - Contratos de Derivativos negociados com Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's.

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia e de suas controladas.

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(3) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme Estatuto Social da Companhia: (i) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; reunir-se sempre que julgar necessário, com o Comitê de Auditoria; (v) examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; e (vi) aprovar e revisar o Código de Conduta e as políticas da Companhia, inclusive a Política de Gerenciamento de Riscos.

Ao Conselho Fiscal, por sua vez, nos termos do artigo 163 da Lei 6.404/1976, compete: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificações do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar; e (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia possui uma área de Controles Internos, que está subordinada a Diretoria de Finanças que reporta trimestralmente ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo a responsabilidade de: (a) gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) suportar o Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação as Leis e Políticas Internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção Brasileira e FCPA; (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos em conjunto com as áreas de negócio; (g) disseminar a cultura de Controles Internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) revisar a matriz de riscos e controles compensatórios e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de risco. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia possui uma política formalizada de gestão de riscos, aprovada em 11 de fevereiro de 2019 pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, a Companhia segue uma Política de Tesouraria, aprovada pela Diretoria em novembro de 2021 e revisada a cada dois anos.

(b) Objetivos e Estratégias

i. Riscos para os quais se Busca Proteção

A Companhia busca proteção para as flutuações na taxa de câmbio e as oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o seu ativo e passivo. Tal proteção é feita por meio de operações de proteção e aplicações financeiras vinculadas diretamente às taxas de juros, propiciando à Companhia um mecanismo natural de proteção.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao Dólar e Brent, oscilações averiguadas são revisadas e repassadas aos consumidores da Companhia, de acordo com a metodologia do contrato de concessão.

ii. Estratégia de Proteção Patrimonial (hedge)

A Companhia adota uma atitude defensiva com relação ao risco de exposição cambial, para proteger seu caixa e resultados financeiros, utilizando instrumentos financeiros derivativos. Não é permitida a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, e sim somente para proteção de riscos acima identificados. Deve ser levada em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos derivativos a serem negociados para uma correta avaliação se, mesmo após tributação, ainda são adequados às necessidades da Companhia.

Risco Cambial: A Companhia celebra contratos de swaps de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Todos os atuais contratos de empréstimos em moeda estrangeira da Companhia combinam simultaneamente operações de swap de taxas de juros em CDI. Quando não houver swap cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível. Atualmente a Companhia está autorizada a contratar instrumentos de non-deliverable forwards e swaps para fins de proteção patrimonial, além de outros instrumentos desde que previamente aprovados pelo Diretor Financeiro.

Risco de taxas de juros: Com relação à taxa de juros, a Companhia celebra contratos de swaps por meio dos quais troca posições pré-fixadas para pós-fixadas, além de troca de indexadores. De modo a evitar tal risco, a Companhia dá preferência para operar com taxas de juros pós- fixadas em Reais.

Risco de liquidez: Com relação ao risco de liquidez, a Companhia busca manter a taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

instrumentos derivativos. Ainda, de modo a administrar tal risco, a Companhia mantém linhas de créditos adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

iii. Instrumento Utilizados para Proteção Patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são: Swaps de taxas de juros: Exemplo: IPCA x CDI.

Swaps de moedas: Exemplo: Euro x Reais; Dólar x Reais, etc.

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação. São considerados swaps sem caixa.

Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados de forma resumida a seguir.

Descrição	Contraparte	Moeda original	Ativo	Passivo	Vencimento
EIB – Terceira liberação	Bancos Diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,483% a.a.	88,47% do CDI	Maio de 2021
EIB – Quarta liberação	Bancos Diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,549% a.a.	81,11% do CDI	Setembro de 2021
Scotiabank – Resolução 4131	Scotiabank	USD	VC + 3,67% a.a.	107,9% do CDI	Maio de 2023
Scotiabank – Resolução 4131 ¹	Scotiabank	BRL	VC + 1,36% a.a.	CDI + 1,25%	Fevereiro de 2024
5ª emissão de debêntures – Série Única	Bancos diversos	BRL	IPCA + 5,868% a.a.	99,70% do CDI	Dezembro de 2023
aaa9ª emissão de debêntures – 1ª série	Bancos diversos	BRL	IPCA + 5,12% a.a.	109,2% do CDI	Agosto de 2031
9ª emissão de debêntures – 2ª série	Bancos diversos	BRL	IPCA + 5,21% a.a.	110,7% do CDI	Agosto de 2036
BNDES	Bancos diversos	BRL	IPCA + 3,25% a.a.	99,9% do CDI	Junho de 2034

¹ Em fevereiro de 2021, a Companhia, com base em sua política de Liability Management e condições atuais de Mercado, decidiu por liquidar antecipadamente o empréstimo 4131 contratada em abril de 2020, com a troca de indexador por meio de swap considerando taxa de CDI + 2,75% e vencimento original em abril de 2021, contraindo, subsequentemente, uma dívida de igual valor com a mesma contraparte, todavia, alongando o prazo em 3 anos para vencimento em fevereiro de 2024, com troca de indexador por meio de swap de CDI + 1,25%.

iv. Parâmetro Utilizado para o Gerenciamento desses Riscos

As operações financeiras realizadas, incluindo as operações de derivativos, devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deve sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação. O gerenciamento dos riscos acima identificados é, portanto, preponderantemente defensivo, visando à redução do risco e não à especulação. O uso de derivativos para a redução de riscos é permitido, desde que em condições aceitáveis, de acordo com a Política de Tesouraria.

A Companhia sempre avalia as alternativas de captação existentes a fim de aproveitar as melhores oportunidades em termos de custos e demais condições. A Companhia busca também evitar concentrações de vencimentos em um mesmo período,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

tendo em vista a possibilidade de falta de oferta de linhas disponíveis no mercado financeiro. A Companhia acompanha constantemente o cumprimento de obrigações assumidas em instrumentos contratuais, principalmente em determinados “financial covenants”.

Quanto aos riscos de crédito, a Companhia avalia mensalmente e aprova anualmente as contrapartes com as quais negocia operações de alocação do caixa, investimentos financeiros e operações de derivativos, atribuindo preventivamente para cada instituição financeira um limite máximo de exposição.

Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de câmbio

A Companhia, conforme determinado na Instrução da Instrução Normativa CVM nº 475, efetua uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos. As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados nas demonstrações financeiras referentes, devido à subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises. A tabela abaixo apresenta as variações que podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia:

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.

- Cenário I (provável) - projeção dos níveis de câmbio para 31 de dezembro de 2022 elaborada por consultoria especializada.
- Cenário -25% e -50% - valorização do Real perante o Dólar em 25% e 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao cenário provável.
- Cenário 25% e 50% - desvalorização do Real perante o Dólar em 25% e 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao cenário provável.

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
Cenário						
	31/12/2021	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Dólar	5,58	5,70	7,13	8,55	4,28	2,85

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de câmbio R\$/ US\$	(18.270)	(217.868)	(435.736)	217.868	435.736
	Queda na taxa de câmbio R\$/ US\$	18.270	217.868	435.736	(217.868)	(435.736)
Derivativos de taxa de juros e câmbio						
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício		-	-	-	-	-

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de juros**

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	99.419	124.274	149.128	74.564	49.709
Títulos e valores mobiliários	114.563	143.203	171.844	85.922	57.281
Derivativos de taxa de juros	(23.316)	42.565	4.003	128.225	175.912
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(442.420)	(547.337)	(652.255)	(337.502)	(232.584)
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício	(251.754)	(237.295)	(327.280)	(48.791)	50.318

v. Operação com Instrumentos Financeiros com Objetivos Diversos de Proteção Patrimonial (hedge) e quais são esses Objetivos

Não aplicável, pois de acordo com a Política de Tesouraria, os instrumentos financeiros devem ser usados sempre para fins de proteção de riscos previamente detectados ou existentes, e nunca como especulação ou fonte de renda, não havendo, portanto, previsão para uso de instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. Estrutura Organizacional de Controle de Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos de mercado é liderado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores (CFO). A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Além disto, a Política de Tesouraria é um importante guardião do gerenciamento de riscos financeiros, definindo processos e controles, entre outros parâmetros.

A área de Controles Internos responsável pela gestão de riscos tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para

mitigar os riscos operacionais, financeiros e estratégicos inerentes a operação da Companhia, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações, políticas e procedimentos internos através de sua estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e acompanhar os planos de ação elaborados para remediar deficiências identificadas nos processos.

O gerenciamento de riscos associados das operações financeiras é feito através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento dos riscos corporativos é monitorado através de uma comissão multidisciplinar que se reporta diretamente à Diretoria da Companhia. Esta comissão discute constantemente mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades.

A Companhia conta ainda com a atuação da área de controles internos, subordinada hierarquicamente à Presidência e ao Conselho de Administração ("Auditoria Interna"). A Auditoria Interna é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes reportando o seu resultado à alta administração da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

(c) Adequação da Estrutura Operacional e Controles Internos para Verificação da Efetividade da Política Adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado monitoram constantemente os seus riscos, conforme mencionado anteriormente, em conjunto com a área de Controles Internos e Auditoria Interna, sempre reportando as ações à Diretoria e ao Conselho de Administração através de reuniões periódicas.

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos, uma vez que seus controles são condizentes com os respectivos controles internos relacionados ao gerenciamento de riscos adotados por companhias de porte semelhante ao da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) Práticas da organização relativas ao seu sistema de controles internos.

A Companhia possui em sua estrutura organizacional uma área de Controles Internos que, dentre outras responsabilidades, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão e responsabilidade do Diretor Financeiro, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

(b) Estrutura de gerenciamento de controles internos.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia possui uma área de Controles Internos, que está subordinada a Diretoria de Finanças que reporta trimestralmente ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo a responsabilidade de: (a) gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação as Leis e Políticas Internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos em conjunto com as áreas de negócio; (g) disseminar a cultura de Controles Internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) revisar a matriz de riscos e controles compensatórios e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) Supervisão do grau de eficiência dos controles internos.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria, ao Presidente do Conselho de Administração e a Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área de Controles Internos e pela Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as regras da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX")

(d) Deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente.

Os auditores externos independentes avaliaram a estrutura de controle interno da Companhia utilizada na preparação de demonstrações financeiras ("controle interno") no intuito de determinar a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para emitir o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

seu relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia da estrutura de controle interno da Companhia.

Conceitualmente, uma deficiência de controle existe quando o desenho ou operação do controle não permite que a Administração ou seus funcionários, no curso normal do desempenho de suas funções, sejam capazes de prevenir ou detectar erros tempestivamente. Já uma deficiência significativa de controle interno é uma deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que é julgada de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança, conforme definido pela NBC TA 265.

Como resultado da avaliação foram reportadas certas deficiências de controle, que, ao serem agregadas, foram avaliadas como deficiências significativas na Comgás:

ITGCs: Falha na execução de alguns controles de tecnologia da informação e monitoramento de jobs.

Intangível: Identificada a necessidade de aprimorar o desenho dos controles de intangível, a fim de garantir o nível adequado de precisão para prevenir e detectar possíveis distorções relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2021. Vale ressaltar que não foram detectadas distorções nas demonstrações financeiras.

Receita não faturada: Durante a avaliação do desenho e eficácia operacional do controle de receita não faturada foi identificada a necessidade de aprimoramento da Política de Contabilização e salvaguarda de evidências de IPE (Information Produced by Entity).

(e) Medidas adotadas para correção das deficiências reportadas.

A Administração discutiu todas as recomendações com os auditores independentes e concluiu que estas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ainda assim, como responsável pela manutenção de uma estrutura de controles sobre a elaboração de demonstrações financeiras, a Diretoria entende que seus processos e controles precisam ser eficazes e, neste sentido, está comprometida em implementar os planos de ação desenhados para mitigar os riscos de erros futuros nas demonstrações financeiras consolidadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4- Programa de Integridade

A. Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras impostas no Código de Conduta e nas políticas da Comgás, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos; e (iv) Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, aplicáveis à Companhia, e com as seguintes características e objetivos:

Código de Conduta: O Código de Conduta da Comgás orienta todos os empregados, bem como terceiros atuando para e sob o nome da Companhia, para o que a organização espera deles nas diferentes situações enfrentadas no trabalho ou foradele, visando uma atuação correta, responsável e íntegra.

Política Anticorrupção: Orientar os profissionais Comgás para lidar com situações que envolvam ou possam envolver corrupção, instruí-los a adotarem comportamentos preventivos com o intuito de preservar sua integridade e a imagem da Empresa, de forma geral e, em particular, orientar quanto aos procedimentos que devem ser seguidos para atendimento à lei norte-americana Foreign Corrupt Practices Act ("Lei Anticorrupção").

Política de Relacionamento com Órgãos Públicos: Orientar a Companhia, seus empregados e contratados sobre recepção de autoridades públicas dentro e fora das dependências da companhia. Este Padrão estabelece as diretrizes para relacionamento com os órgãos públicos.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: as diretrizes desta Política têm como objetivo estabelecer orientações e procedimentos a serem cumpridos pelos Colaboradores e Terceiros, de forma a combater os crimes de Lavagem de Dinheiro ou ocultação de bens e direitos e valores, previstos na Lei de Lavagem de Dinheiro.

Não há um procedimento formal ou periodicidade pré-definida para a revisão dos procedimentos da Companhia ou do Código de Conduta e das Políticas em si. Não obstante, as Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (ii) **As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.**

A estrutura é composta por Comitês (Comitê de Ética e Comitê de Auditoria) com um sistema de report sequenciado, que tem como objetivo dar maior visibilidade aos Conselhos de Administração das companhias do Grupo, acerca dos relatos de alta criticidade, que versem sobre supostas infrações éticas e ou atos de corrupção, fraudes e desvios.

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas de Controles Internos e Complice e Auditoria Interna, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos:

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Conduzir avaliação interna de desenho dos controles SOX e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança e complice;
- Realizar em conjunto com o Comitê de Ética gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias.

Auditoria Interna:

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar gestão e investigação (quando necessário) dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(iii) Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta da Comgás, reflete a dedicação da Comgás em alcançar seus objetivos, adotando o mais elevado padrão moral e ético, fundamentado em três pilares: respeito, transparência e integridade. Dessa forma, todos os empregados e colaboradores da Comgás, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

Se com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

No ano de 2021 ocorreu o treinamento do Código de Conduta, direcionado a todos os diretores e colaboradores. O treinamento será reforçado a cada 2 (dois) anos e sempre aplicado aos novos colaboradores ao ingressar na Companhia.

A Comgás não possui um cronograma periódico de treinamento a respeito do seu Código de Conduta, para Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração e empregados das sociedades do grupo, mas mantém equipe competente e disponível para esclarecimentos de quaisquer dúvidas e questões a ele relacionadas que venham a surgir.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Violações à Legislação vigente, aos valores do Código, às políticas ou a outro regramento da Companhia podem resultar na aplicação de medidas disciplinares, nos termos da "Política de Medidas Disciplinares" vigente, tais como: advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa, demissão com justa causa, entre outras. Sem prejuízo da aplicação de medidas disciplinares, as condutas ilícitas devidamente apuradas e comprovadas serão reportadas às autoridades competentes e ainda passíveis de responsabilização cível e criminal aplicável.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso da Companhia divulgar o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta foi aprovado inicialmente pelo Diretor Presidente da Cosan em 2013, tendo sido estendido para a Comgás a partir deste ano. A versão vigente do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em agosto de 2019. O Código de Conduta é acessado pelos empregados no momento da contratação, na integração, e está disponível integralmente para consulta de todos na intranet, na página de Governança Corporativa, e no portal RI da Comgás (<http://ri.comgas.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>). Adicionalmente, a Comgás adota em sua

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

plataforma de treinamentos um e-learning sobre o código de conduta e, ao final, o colaborador recebe um certificado de conclusão.

B. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética, como é denominado no Grupo Cosan e estendido à Comgás, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados nas Políticas e Código de Conduta.

Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por funcionários quanto por terceiros e clientes, tendo suas formas de acesso previstas no item V do Código de Conduta (O que fazer se tomar conhecimento ou suspeitar de uma conduta inadequada?), documento disponibilizado a empregados e terceiros. Além disso, o Canal de Ética é amplamente divulgado na intranet.

O acesso pode ser realizado por call center (0800 725 0039) ou por meio de site disponibilizado exclusivamente para esse fim (<http://www.canaldeetica.com.br/comgas>).

Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de Ética possui a opção de identificação ou anonimato. Caso o denunciante opte pelo anonimato, é possível o acompanhamento do caso por meio do protocolo gerado. Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciante de boa-fé, o sigilo das informações e/ou denúncias. A empresa contratada para recebimento das denúncias, utiliza sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração e investigação de denúncias é o Comitê de Ética, com o suporte da Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

C. Informar se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável.

D. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos ou práticas voltadas para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 - Alterações significativas**

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos por ela adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras Informações Relevantes - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes com relação a este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

A. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGAS.

Em 31 de dezembro de 2021, sua carteira era composta por 2.232.288 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, além de usinas termoeletricas, plantas de cogeração e postos de gás natural veicular (GNV) (2.101.357 em 31 de dezembro de 2020 e 2.009.271 em 31 de dezembro de 2019), crescimento de 6% quando comparado ao ano de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o volume de venda da Companhia por meio de uma rede de distribuição de mais de 20 mil quilômetros totalizou 4.859.076 de metros cúbicos (4.229.421 de metros cúbicos no exercício de 2020 e 4.512.371 em 2019), apresentando acréscimo de 15% quando comparado ao ano de 2020. Sua receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 11.709.713 (R\$ 8.317.691 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 9.514.222 em 31 de dezembro de 2019), apresentando acréscimo de 41% quando comparado ao ano de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 1.105.217, representando um acréscimo de 87,3% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 590.052). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.119.121 e o EBITDA de R\$ 3.015.425 (R\$ 2.811.259 EBITDA normalizado, desconsiderando os efeitos de créditos fiscais extemporâneos), enquanto o lucro líquido no exercício social do ano anterior totalizou R\$ 1.150.613 e o EBITDA foi de R\$ 2.382.154 (R\$ 2.386.719 EBITDA normalizado, considerando o movimento da conta corrente regulatória).

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 590.052, representando um acréscimo de 13,6% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 519.508). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.150.613 e o EBITDA de R\$2.382.154 (R\$ 2.386.719 EBITDA normalizado, considerando o movimento do conta corrente regulatório), enquanto o lucro líquido no exercício social do ano anterior totalizou R\$ 1.367.179 e o EBITDA foi de R\$2.512.011 (R\$ 2.217.330 EBITDA normalizado, considerando o movimento do conta corrente regulatório).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 4.790.650, valor esse que representava 4,33 vezes o patrimônio líquido, 1,59 vezes o EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 4.031.275, valor esse que representava 6,83 vezes o patrimônio líquido, 1,69 vezes o EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 3.597.412, valor esse que representava 6,9 vezes o patrimônio líquido, 1,43 vezes o EBITDA e 1,62 vezes o EBITDA normalizado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava índice de liquidez corrente de 0,91, enquanto que em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, este índice era de 1,17 e 0,99, respectivamente.

B. Estrutura de capital

O setor de distribuição de gás canalizado requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 14,14% de capital próprio e 85,86% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 8,17% de capital próprio e 91,83% de capital de terceiros.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Capital social	536.315	536.315
Reserva de capital	(20.972)	5.730
Reservas de reavaliação	5.761	5.761
Ajuste de avaliação patrimonial	(103.980)	(176.726)
Reservas de lucros	688.093	218.972
Patrimônio líquido	1.105.217	590.052
Capital de terceiros (*)	6.709.767	6.633.643
Passivo circulante	4.538.386	3.610.145
Passivo não circulante	6.627.895	6.416.687
Total do Passivo	11.166.281	10.026.832
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.919.117	2.602.368
Passivo líquido total (**)	9.247.164	7.424.464
Total do passivo e patrimônio líquido	12.271.498	10.616.884

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos, financiamentos edebêntures e arrendamento mercantil.

(**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 8,17% de capital próprio e 91,83% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 9,64% de capital próprio e 90,36% de capital de terceiros.

31/12/2020

31/12/2019

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital social	536.315	536.315
Reserva de capital	5.730	6.175
Reservas de reavaliação	5.761	5.761
Ajuste de avaliação patrimonial	(176.726)	(233.009)
Reservas de lucros	218.972	204.266
Patrimônio líquido	590.052	519.508
Capital de terceiros (*)	6.633.643	4.870.212
Passivo circulante	3.610.145	2.807.893
Passivo não circulante	6.416.687	5.124.321
Total do Passivo	10.026.832	7.932.214
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2.602.368	1.283.643
Passivo líquido total (**)	7.424.464	6.648.571
Total do passivo e patrimônio líquido	10.616.884	8.451.722

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos, financiamentos e debêntures. (**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

Os Diretores informam que o estatuto social da Companhia não vislumbra a possibilidade de resgate das ações preferenciais classe “A” e das ações ordinárias, além das previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia informam que, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os Diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

Historicamente, a Companhia vem obtendo fluxos de caixa positivos resultante do exercício de suas atividades operacionais. O fluxo de caixa líquido de suas atividades operacionais atingiu os montantes de R\$ 2.508.482, R\$ 2.096.546 e R\$ 2.512.303 nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Os Diretores da Companhia informam que a estratégia de financiamento de seus investimentos se baseia em linhas de longo prazo, captando empréstimos e financiamentos a custos competitivos, principalmente por meio do mercado de capitais, por meio de emissão de títulos de dívida, e financiamentos com bancos comerciais e agências de fomento. Os financiamentos têm como objetivo fazer frente aos investimentos da expansão e manutenção da Companhia.

Para maiores informações vide item 10(f).(i)., abaixo.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia informam que as captações realizadas nos anos de 2021, 2020 e 2019 não tiveram como objetivo a cobertura de deficiências de liquidez.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2021, o montante total de dívida não incluindo os derivativos da Companhia, de qualquer natureza, somava R\$ 6.950.336, enquanto em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 somavam respectivamente, R\$ 7.043.909 e R\$ 5.244.942. A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nas datas em referência.

Dívidas (R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Curto Prazo	2.288.960	1.787.503	908.522
Moeda Estrangeira	3.422	478.775	159.778
Moeda Nacional	2.285.538	1.308.728	748.744
Longo Prazo	4.661.376	5.256.406	4.336.420
Moeda Estrangeira	849.779	413.999	375.032
Moeda Nacional	3.811.597	4.842.407	3.961.388
Total Geral	<u>6.950.336</u>	<u>7.043.909</u>	<u>5.244.942</u>

A tabela abaixo demonstra os prazos de amortização dos principais empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia de 2022 a 2027 em diante:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Período findo em 31/12/2021 (R\$ mil)							Total
	Até dez/22	Até dez/23	Até dez/24	Até dez/25	Até dez/26	dez/26 em diante	
BNDES	67.470	102.605	102.899	102.899	102.899	621.735	1.100.506
4131	3.422	436.768	413.011	-	-	-	853.201
Debêntures	2.218. 068	904.520	531.900	32.592	113.081	1.196.467	4.996.629
Dívida Total	2.288.9 60	1.443.892	1.047.810	135.491	215.980	1.818.203	6.950.336
Consolidada	33%	21%	15%	2%	3%	26%	100%

Período findo em 31/12/2020 (R\$ mil)							Total
	Até dez/21	Até dez/22	Até dez/23	Até dez/24	Até dez/25	dez/25 em diante	
BNDES	23.727	78.004	138.837	139.131	139.131	463.981	982.812
4131	390.145	-	413.999	-	-	-	804.144
EIB	88.630	-	-	-	-	-	88.630
Debêntures	163.827	2.144.513	924.505	484.839	32.663	296.801	4.047.149
Notas Promissórias	1.121.174	-	-	-	-	-	1.121.174
Dívida Total Consolidada	1.787.503	2.222.517	1.477.342	623.971	171.794	760.783	7.043.909
	25%	32%	21%	9%	2%	11%	100%

Período findo em 31/12/2019 (R\$ mil)							Total
	Até dez/20	Até dez/21	Até dez/22	Até dez/23	Até dez/24	dez/24 em diante	
BNDES	257.487	38.116	39.588	19.794	-	-	354.985
4131	5.529	16.162	10.437	281.365	-	-	313.493
EIB	154.249	67.067	-	-	-	-	221.316
Debêntures	491.257	184.628	2.183.839	768.753	463.553	263.118	4.355.148
Dívida Total Consolidada	908.522	305.973	2.233.864	1.069.912	463.553	263.118	5.244.942
	17%	6%	43%	20%	9%	5%	100%

- Financiamentos relevantes

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos contratos relevantes celebrados entre a Companhia e seus principais credores para os quatro últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

Em 02 de outubro de 2012, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão (Projeto VI), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimentos dos anos de 2012 a 2014. O valor total do financiamento é dividido em cinco subcréditos.

Em 04 de setembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 370,6 milhões (Projeto VII), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a

2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos. Até 31 de dezembro de 2017, o BNDES havia desembolsado R\$ 176 milhões para a Companhia, valores referentes a esse contrato. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo pendente foi encerrado e não há mais créditos referentes a esta operação.

Em junho de 2020 os Projetos VI e VII foram repactuados e consolidados em uma única linha de crédito direta com o BNDES e suas respectivas fianças liquidadas e substituídas por uma conta garantia.

Em dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 2 bilhões (Projeto VIII), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2019 a 2021. O valor total do financiamento é dividido em dois subcréditos.

Em dezembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,5 bilhão, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), para suportar parte do plano de investimentos dos anos de 2022 a 2024 e para o projeto de captação de Biometano junto a produtores e integração à rede de distribuição da Companhia. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo Médio	Data de Vencimento	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros
BNDES Refin (Projetos VI e VII)	jun/20	IPCA + 4,10%	abr/29	Mensal	Mensal
BNDES (Projeto VIII)	dez/19	IPCA + 3,25%	jun/34	Mensal ²	Mensal ³
BNDES	dez/21	IPCA + 5,67% ¹	dez/36	Mensal ⁴	Mensal ⁵

¹ Taxa média.

² Mensal a partir de julho de 2022.

³ Trimestral até junho de 2022 e mensal a partir de julho de 2022.

⁴ Mensal a partir de julho de 2025.

⁵ Trimestral até junho de 2025 e mensal a partir de julho de 2025.

- DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía emissões de debêntures com a destinação de recursos, em sua maioria (com exceção da 7ª emissão e 8ª emissão), para financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a no âmbito do plano de suporte da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo resumo das emissões de debêntures da Companhia:

	Data de Emissão	Total da Emissão (R\$ mil)	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros
4ª emissão – 2ª série	dez/15	242.374	IPCA + 7,48%	dez/22	2 parcelas	Anual
4ª emissão – 3ª série	dez/15	79.900	IPCA + 7,36%	dez/25	3 parcelas	Anual
5ª emissão – série única	dez/16	675.000	IPCA + 5,87%	dez/23	No vencimento	Anual
6ª emissão – série única	out/17	400.000	IPCA + 4,33%	out/24	No vencimento	Anual
7ª emissão – série única	mai/18	215.000	IGPM + 6,10%	mai/28	3 parcelas	Semestral
8ª emissão – série única	out/19	2.000.000	CDI + 0,5%	out/22	No vencimento	Anual
9ª emissão – 1ª série	ago/21	500.000	IPCA + 5,12%	ago/31	3 parcelas	Semestral
9ª emissão – 2ª série	ago/21	500.000	IPCA + 5,22%	ago/36	3 parcelas	Semestral

- CAPITAL DE GIRO – LEI Nº 4.131

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o banco The Bank of Nova Scotia. Estes contratos não contam com qualquer estrutura de garantias.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data da Liberação	Taxa	Data de Vencimento	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros
Scotiabank 2018	mai/18	USD + 3,67%	mai/23	No vencimento	Semestral
Scotiabank 2021	fev/21	USD + 1,36%	fev/24	No vencimento	Semestral

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. Contudo, os Diretores esclarecem que, atualmente, o BNDES pode ser considerado credore mais favorecido, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de recebíveis.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia informam que seis contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (covenants) mínimos:

A razão entre a Dívida Líquida (incluindo o resultado de derivativos) e o EBITDA dos últimos 12 meses;

A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (incluindo o resultado de derivativos); conforme descritos abaixo: Os covenants por contrato, bem como os resultados dos últimos três exercícios sociais, estão apresentados na tabela abaixo:

	Dívida líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Dívida		
BNDES	≤4,00	-
4ª emissão de debêntures	≤4,00	≤0,60
5ª emissão de debêntures	≤4,00	-
6ª emissão de debêntures	≤4,00	-
7ª emissão de debêntures	≤4,00	-
8ª emissão de debêntures	≤4,00	-
9ª emissão de debêntures	≤4,00	-
Resolução 4131	≤4,00	-
Resultado		
2019	1,43	0,16
2020	1,69	0,26
2021	1,59	0,34

A Companhia está adimplente com todos os covenants financeiros dos últimos três exercícios sociais.

G. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2021, havia um total de R\$ 6.950.336 em linhas de financiamento contratadas e desembolsadas com bancos, enquanto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 havia um total de R\$ 7.043.909 e R\$ 5.244.942, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$ 2,5 bilhões. Em 31 de dezembro de 2020 com o valor de R\$ 1,173 milhão ainda não desembolsados. Em 31 de dezembro de 2019 haviam contratos assinados e celebrados com o BNDES ainda não desembolsados no valor de R\$ 2 bilhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que o resumo das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi extraído das demonstrações financeiras elaboradas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das S.A., as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

	31/12/2021	AV %	31/12/2020	AV %	AH %
Receita bruta na venda de gás e serviços	15.025.437	100,0	11.169.847	100,0	34,5
Receita líquida na venda de gás e serviços	11.709.713	100,0	8.317.691	100,0	40,8
Vendas de gás	10.447.311	89,2	7.372.958	88,6	41,7
Receita de construção	1.020.176	8,7	885.630	10,6	15,2
Outras receitas	242.226	2,1	59.103	0,7	309,8
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.196.452)	(70,0)	(5.506.277)	(66,2)	48,9
Custo do gás	(6.137.104)	(52,4)	(3.867.044)	(46,5)	58,7
Custo do transporte e outros	(1.039.172)	(8,9)	(753.603)	(9,1)	37,9
Custo de construção	(1.020.176)	(8,7)	(885.630)	(10,6)	15,2
Resultado bruto	3.513.261	30,0	2.811.414	33,8	25,0
Despesas operacionais	(933.929)	(8,0)	(808.058)	(9,7)	15,6
Despesas de vendas	(125.413)	(1,1)	(156.893)	(1,9)	(20,1)
Despesas gerais e administrativas	(835.103)	(7,1)	(707.526)	(8,5)	18,0
Outras receitas operacionais, líquidas	26.587	0,2	56.361	0,7	(52,8)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	2.579.332	22,0	2.003.356	24,1	28,8
Resultado financeiro líquido	(305.063)	(2,6)	(283.479)	(3,4)	7,6
Despesas financeiras	(735.522)	(6,3)	(354.607)	(4,3)	107,4
Receitas financeiras	401.246	3,4	178.504	2,1	124,8
Variação cambial líquida	(60.888)	(0,5)	(150.227)	(1,8)	(59,5)
Derivativos	90.101	0,8	42.851	0,5	110,3
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.274.269	19,4	1.719.877	20,7	32,2
Imposto de renda e contribuição social	(155.148)	(1,3)	(569.264)	(6,8)	(72,7)
Resultado líquido do exercício	2.119.121	18,1	1.150.613	13,8	84,2

- Receita líquida na venda de gás e serviços

A Receita líquida na venda de gás e serviços da Companhia passou de R\$ 8.317.691 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 11.709.713 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 40,8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**A. Venda de gás**

As Vendas de gás passaram de R\$ 7.372.958 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$10.447.311 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 41,7%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pelo aumento do volume total distribuído, como também pelo repasse do aumento do custo de gás nas tarifas e reajuste inflacionário das margens de distribuição em maio de 2021.

B. Receita de construção

A Receita de construção passou de R\$ 885.630, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.020.176 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 15,2% devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

C. Outras Receitas

As Outras receitas passaram de R\$ 59.103, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 242.226 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 309,8% devido às cobranças de penalidades de clientes em 2021, pela receita de TUSD da termoeletrica Piratininga, e pelo reconhecimento do diferimento do IGPM no valor de R\$ 69 milhões referente à Deliberação ARSESP 1.162/21 de 26 de maio de 2021 atrelada ao aditivo da concessão.

- Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados passou de R\$ 5.506.277 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 8.196.452 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 48,9%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. Custo do gás / transporte e outros

O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 4.620.647 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 7.176.276 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 96,6%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram devido ao maior volume distribuído, atualização do custo de gás nas tarifas, a variação cambial e ao maior preço do petróleo (Brent).

B. Custo de construção

O Custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 885.630, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.020.176, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 15,2%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente.

- Resultado bruto

O Resultado bruto da Companhia passou de R\$ 2.811.414 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 3.513.261 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 25%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devida ao reflexo do cenário de retomada das atividades dos segmentos, que

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

com medidas restritivas mais flexíveis, se mostrou mais aquecido do que mesmo período do ano anterior.

- Despesas operacionais

As Despesas operacionais da Companhia passaram de R\$ 808.058 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 933.929 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 15,6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. Despesas de vendas

As Despesas de vendas passaram de R\$ 156.893 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 125.413 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um decréscimo de 20,1%, principalmente por conta dos efeitos das perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber.

B. Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 707.526 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 835.103 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 18%, explicado por maiores gastos devido a retomada das atividades econômicas.

C. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Outras receitas operacionais líquidas foram impactadas por efeitos do crédito extemporâneo do ICMS da base de PIS e COFINS, renúncia de processos administrativos e regulatórios, contemplados no 7º aditivo de contrato de renovação da concessão e reconhecimento da variação apurada na realização da receita não faturada.

As Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram positivamente impactadas por efeitos não recorrentes reconhecidos no encerramento de disputas judiciais.

- Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos

O Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos da Companhia passou de R\$ 2.174.344 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 2.003.356 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 7,9% devido aos motivos citados anteriormente.

- Resultado financeiro líquido

O Resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 283.479 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 305.063 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 7,6%, reflexo de maiores taxas de juros e inflação (IGPM e IPCA) e atualização monetária dos créditos extemporâneos de PIS/ COFINS, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, de períodos pretéritos (2008 a 2012).

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pelas seguintes razões:

A. Receitas financeiras

As Receitas financeiras passaram de R\$ 221.355 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 491.347 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 122,0%, principalmente pela maior rentabilidade de caixa em virtude da acentuada alta de juros no país e atualização monetária dos créditos extemporâneos de PIS/ COFINS, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, de períodos pretéritos (2008 a 2012).

B. Despesas financeiras

As Despesas financeiras passaram de R\$ 504.834 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 796.410 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 57,8%, tendo como principal reflexo o aumento da dívida líquida média e maiores taxas de inflação (IGPM e IPCA) no exercício 2021.

- Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

O Resultado antes do imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 1.719.877 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 2.274.269 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 32,2%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 569.264 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 155.148 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um decréscimo de 72,7%, reflexo do reconhecimento do crédito extemporâneo relativo aos pagamentos a maior de IR/CS nos anos de 2015 e 2016 que impactou o saldo de impostos no período.

- Resultado líquido do exercício

O Resultado líquido do exercício obteve um acréscimo de 84,2%, passando de R\$ 1.150.613 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 2.119.121 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

31/12/2020	AV %	31/12/2019	AV %	AH %
------------	------	------------	------	------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita bruta na venda de gás e serviços	11.169.847	100,0	12.007.633	100,0	(7,0)
Receita líquida na venda de gás e serviços	8.317.691	100,0	9.514.222	100,0	(12,6)
Vendas de gás	7.372.958	88,6	8.636.221	90,8	(14,6)
Receita de construção	885.630	10,6	813.341	8,5	8,9
Outras receitas	59.103	0,7	64.660	0,7	(8,6)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.506.277)	(66,2)	(6.402.338)	(67,3)	(14,0)
Custo do gás	(3.867.044)	(46,5)	(4.885.497)	(51,3)	(20,8)
Custo do transporte e outros	(753.603)	(9,1)	(703.500)	(7,4)	7,1
Custo de construção	(885.630)	(10,6)	(813.341)	(8,5)	8,9
Resultado bruto	2.811.414	33,8	3.111.884	32,7	(9,7)
Despesas operacionais	(808.058)	(9,7)	(937.540)	(9,9)	(13,8)
Despesas de vendas	(156.893)	(1,9)	(154.908)	(1,6)	1,3
Despesas gerais e administrativas	(707.526)	(8,5)	(742.109)	(7,8)	(4,7)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	56.361	0,7	(40.523)	(0,4)	(239,1)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	2.003.356	24,1	2.174.344	22,9	(7,9)
Resultado financeiro líquido	(283.479)	(3,4)	(180.381)	(1,9)	57,2
Despesas financeiras	(354.607)	(4,3)	(405.098)	(4,3)	(12,5)
Receitas financeiras	178.504	2,1	205.637	2,2	(13,2)
Variação cambial líquida	(150.227)	(1,8)	(27.518)	(0,3)	445,9
Derivativos	42.851	0,5	46.598	0,5	(8,0)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.719.877	20,7	1.993.963	21,0	(13,7)
Imposto de renda e contribuição social	(569.264)	(6,8)	(626.784)	(6,6)	(9,2)
Resultado líquido do exercício	1.150.613	13,8	1.367.179	14,4	(15,8)

- Receita Líquida Na Venda De Gás E Serviços

A Receita líquida na venda de gás e serviços da Companhia passou de R\$ 9.514.222 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8.317.691 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 12,6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

A. Venda de gás

As Vendas de gás passaram de R\$ 8.636.221 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.372.958 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 14,6%.

Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pelo reflexo dos efeitos da pandemia COVID-19 que reduziu os volumes de vendas em quase todos os segmentos.

B. Receita de construção

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Receita de construção passou de R\$ 813.341, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 885.630 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 8,9% devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

- Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados passou de R\$ 6.402.338 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 5.506.277 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. Custo do gás / transporte e outros

O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 5.588.997 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 4.620.647 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 17,3%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram devido a diminuição do custo unitário do gás, diretamente ligado a variação cambial e o preço do petróleo, que são as referências para os custos dos contratos de fornecimento de gás, somados a redução na quantidade de gás comprado em relação a 2019.

B. Custo de construção

O Custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 813.341, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 885.630, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 8,9%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente.

- Resultado bruto

O Resultado bruto da Companhia passou de R\$ 3.111.884 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 2.811.414 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 9,7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devida ao reflexo dos efeitos da pandemia COVID-19 que reduziu os volumes de vendas em quase todos os segmentos.

- Despesas operacionais

As Despesas operacionais da Companhia passaram de R\$ 937.540 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 808.058 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 13,8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. Despesas de vendas

As Despesas de vendas passaram de R\$ 154.908 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 156.893 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 1,3%, não apresentando variações relevantes quando

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

comparado ao mesmo período do ano anterior.

B. Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 742.109 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 707.526 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 4,7%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao exercício anterior.

C. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 20 foram positivamente impactadas por efeitos não recorrentes de reconhecimento no encerramento de disputas judiciais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, foram negativamente impactadas por efeitos de reconhecimento de perdas de inventário e baixas de ativos.

- Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos

O Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos da Companhia passou de R\$ 2.174.344 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 2.003.356 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 7,9% devido aos motivos citados anteriormente.

- Resultado financeiro líquido

O Resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 180.381 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 283.479 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 57,2%, reflexo do aumento da dívida líquida média, maiores taxas de inflação (IGPM e IPCA) e menor rentabilidade de caixa em virtude da acentuada queda de juros no país.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. Receitas financeiras

As Receitas financeiras passaram de R\$ 252.235 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 221.355 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 12,2%, principalmente pela menor rentabilidade de caixa em virtude da acentuada queda de juros no país.

B. Despesas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As Despesas passaram de R\$ 432.616 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 504.834 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 16,7%, tendo como principal reflexo o aumento da dívida líquida média e maiores taxas de inflação (IGPM e IPCA) no exercício de 2020.

- Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

O Resultado antes do imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 1.993.963 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.719.877 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 13,7%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de de renda e contribuição social passou de R\$ 626.784 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 569.264 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 9,18%. Este decréscimo reflete as variações apresentadas anteriormente.

- Resultado líquido do exercício

O Resultado líquido do exercício obteve um decréscimo de 15,8%, passando de R\$1.367.179 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.150.613 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Balanços Patrimoniais

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Ativo	31/12/2021	AV %	31/12/2020	AV %	AH %
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	1.919.117	15,6	2.602.368	24,5	(26,3)
Contas a receber de clientes	1.375.260	11,2	977.194	9,2	40,7
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	54.218	0,5	(100,0)
Estoques	129.554	1,1	121.064	1,1	7,0
Recebíveis de partes relacionadas	1.817	0,0	769	0,0	136,3
Ativos setoriais	489.601	4,0	241.749	2,3	102,5
Outros tributos a recuperar	176.865	1,4	173.970	1,6	1,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros ativos	56.521	0,5	54.456	0,5	3,8
Ativo circulante	4.148.735	33,8	4.225.788	39,8	(1,8)
Contas a receber de clientes	15.797	0,1	18.029	0,2	(12,4)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	58.127	0,5	—	—	—
Outros tributos a recuperar	989.158	8,1	29.166	0,3	3.291,5
Depósitos judiciais	62.362	0,5	60.394	0,6	3,3
Instrumentos financeiros derivativos	287.837	2,3	366.368	3,5	(21,4)
Outros ativos	8.069	0,1	166	0,0	4.760,8
Ativos setoriais	68.709	0,6	—	—	—
Direito de uso	57.118	0,5	19.865	0,2	187,5
Ativos de contrato	684.970	5,6	686.690	6,5	(0,3)
Intangível	5.890.616	48,0	5.210.418	49,1	13,1
Ativo não circulante	8.122.763	66,2	6.391.096	60,2	27,1
Total do ativo	12.271.498	100,0	10.616.884	100,0	15,6

Ativo circulante

O Ativo circulante da Companhia passou de R\$ 4.225.788 em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 4.148.735 em 31 de dezembro de 2021, representando um decréscimo de 1,8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela variação das contas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários, Instrumentos financeiros derivativos, compensados pelas variações apresentadas nas Contas a receber de clientes, Ativos setoriais, Estoques e Outros tributos a recuperar.

Principais variações:

O decréscimo na conta Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários está atrelado as liquidações de dívidas e ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio durante o exercício de 2021.

O aumento na conta Contas a receber de clientes tem como principais motivos o aumento do volume distribuído em aproximadamente 15% e os reajustes de tarifas durante o ano de 2021.

A decréscimo na conta de Instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante está atrelada às liquidações das dívidas e das operações de swap EIB (dólar).

Ativo não circulante:

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 6.391.096 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 8.122.763 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 27,1%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pelos acréscimos nas contas de Imposto de renda e contribuição social a recuperar, Outros tributos a recuperar, Ativos setoriais, Direito de uso, Intangível, compensadas pelas variações apresentadas na conta de Instrumentos financeiros derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Principais variações:**

O aumento nas contas de Imposto de renda e contribuição social a recuperar e Outros tributos a recuperar foi o reconhecimento do ativo contingente referente aos créditos de PIS/COFINS com a exclusão do ICMS da base referente ao período de 2008 a 2017.

O decréscimo na conta de Instrumentos financeiros derivativos está atrelado às liquidações das dívidas e das operações de swap EIB (dólar).

O aumento na conta Direito de uso reflete as inclusões de novos contratos para atendimento a norma IFRS16 durante o exercício de 2021.

O acréscimo na conta de intangível reflete os investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Ativo	31/12/2020	AV %	31/12/2019	AV %	AH %
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	2.602.368	24,5	1.283.643	15,2	102,7
Contas a receber de clientes	977.194	9,2	974.296	11,5	0,3
Instrumentos financeiros derivativos	54.218	0,5	128.786	1,5	(57,9)
Estoques	121.064	1,1	89.586	1,1	35,1
Gás pago e não retirado	–	–	23.464	0,3	(100,0)
Recebíveis de partes relacionadas	769	0,0	1.820	0,0	(57,7)
Ativos setoriais	241.749	2,3	–	–	–
Outros tributos a recuperar	173.970	1,6	249.957	3,0	(30,4)
Outros ativos	54.456	0,5	40.504	0,5	34,4
Ativo circulante	4.225.788	39,8	2.792.056	33,0	51,4
Contas a receber de clientes	18.029	0,2	13.101	0,2	37,6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	18.459	0,2	(100,0)
Outros tributos a recuperar	29.166	0,3	19.902	0,2	46,5
Depósitos judiciais	60.394	0,6	52.104	0,6	15,9
Instrumentos financeiros derivativos	366.368	3,5	245.944	2,9	49,0
Outros ativos	166	0,0	195	0,0	(14,9)
Direito de uso	19.865	0,2	10.128	0,1	96,1
Ativos de contrato	686.690	6,5	594.602	7,0	15,5
Intangível	5.210.418	49,1	4.705.231	55,7	10,7
Ativo não circulante	6.391.096	60,2	5.659.666	67,0	12,9
Total do ativo	10.616.884	100,0	8.451.722	100,0	25,6

Ativo circulante

O Ativo circulante da Companhia passou de R\$ 2.792.056 em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 4.225.788 em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 51,4%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela variação das contas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários, Instrumentos financeiros derivativos, reconhecimento dos Ativos setoriais no exercício de 2020 e outros tributos a recuperar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Principais variações:**

O acréscimo na conta Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários está atrelado as captações realizadas e pela geração de caixa no exercício.

A redução na conta de Instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante está atrelada as liquidações das dívidas e das operações de swap da 1ª e 2ª liberação do EIB (dólar) e a 3ª série da 3ª emissão das debêntures (IPCA).

O reconhecimento dos Ativos setoriais está atrelado a Deliberação ARSESP nº 1010, onde eventuais saldos das diferenças entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários antes do encerramento do período da concessão. Com o advento da referida deliberação, a Companhia entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de 10 de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. Refere-se a diferença entre o custo do gás adquirido superior àquele contido nas tarifas.

A redução na conta de outros tributos a recuperar decorre das compensações dos créditos tributários pelo provimento do recurso extraordinário interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS durante o exercício de 2020.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.659.666 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 6.391.096 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 12,9%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pelos acréscimos nas contas de Instrumentos financeiros derivativos, Ativos de contrato e intangível.

Principais variações:

O acréscimo na conta de Instrumentos financeiros derivativos está atrelado a alta do dólar e IPCA, que são os indexadores da ponta ativa do hedge contratados para proteger a Companhia contra as variações do câmbio nas dívidas do EIB e 4131 e da inflação nas Debêntures em IPCA.

O acréscimo nas contas de Ativo de contrato e intangível refletem os investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2021	AV %	31/12/2020	AV %	AH %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.288.960	21,6	1.787.503	16,8	28,1
Fornecedores	1.669.767	15,7	1.040.693	9,8	60,4
Ordenados e salários a pagar	87.517	0,8	70.232	0,7	24,6
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.941	0,1	300.498	2,8	(96,0)
Outros tributos a pagar	247.201	2,3	165.103	1,6	49,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.035	0,0	1.688	0,0	20,6
Pagáveis a partes relacionadas	7.435	0,1	8.930	0,1	(16,7)
Outros passivos financeiros	91.933	0,9	95.428	0,9	(3,7)
Passivos setoriais	85.866	0,8	91.912	0,9	(6,6)
Arrendamentos	2.268	0,0	2.282	0,0	(0,6)
Outras contas a pagar	43.463	0,4	45.876	0,4	(5,3)
Passivo circulante	4.538.386	42,7	3.610.145	34,0	25,7
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.661.376	43,9	5.256.406	49,5	(11,3)
Provisão para demandas judiciais	84.901	0,8	74.236	0,7	14,4
Obrigações de benefício pós-emprego	470.525	4,4	564.576	5,3	(16,7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.606	0,7	33.775	0,3	120,9
Outros tributos a pagar	5.070	0,0	5.657	0,1	(10,4)
Passivos setoriais	1.286.417	12,1	473.999	4,5	171,4
Arrendamentos	45.000	0,4	8.038	0,1	459,8
Outras contas a pagar	—	—	—	—	—
Passivo não circulante	6.627.895	62,4	6.416.687	60,4	3,3
Total do passivo	11.166.281	105,2	10.026.832	94,4	11,4
Capital social	536.315	5,1	536.315	5,1	—
Reserva de capital	(20.972)	(0,2)	5.730	0,1	(466,0)
Reserva de reavaliação	5.761	0,1	5.761	0,1	—
Ajuste de avaliação patrimonial	(103.980)	(1,0)	(176.726)	(1,7)	(41,2)
Reserva de lucros	688.093	6,5	218.972	2,1	214,2
Patrimônio líquido	1.105.217	10,4	590.052	5,6	87,3
Total do passivo e patrimônio líquido	12.271.498	115,6	10.616.884	100,0	15,6

Passivo circulante

O Passivo circulante da Companhia passou de R\$ 3.610.145 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 4.538.386 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 25,7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores, Ordenados e salários a pagar, outros tributos a pagar, compensados pelas variações na conta de Imposto de renda e contribuição social correntes e Passivos setoriais.

Principais variações:

O acréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures refere-se às captações ocorridas durante o ano. Resolução 4.131 e Debêntures referente a 9ª emissão da 1ª e 2ª série.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O acréscimo na conta de Fornecedores ocorreu principalmente pelo aumento do volume de compra, reajustes de preços ocorridos nos contratos de gás, e maior aquisição de CAPEX durante o exercício de 2021.

O decréscimo na conta de Imposto de renda e contribuição social correntes refere-se ao crédito extemporâneo relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL dos anos de 2015, 2016 e 2019 (benefício ICMS), além da exclusão da Selic de outros tributos da base de cálculo de IR/CS (indébito Selic).

O acréscimo na conta de Outros tributos a pagar refere-se ao aumento de ICMS a recolher por conta de um maior faturamento (aumento dos volumes e reajustes de tarifas).

O reconhecimento dos Passivos setoriais está atrelado à Deliberação ARSESP nº 1.010, em que eventuais saldos das diferenças entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária existentes ao final da concessão serão indenizados à Companhia ou devolvidos aos usuários antes do encerramento do período da concessão.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 6.416.687 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 6.627.895 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 3,3%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de Provisão para demandas judiciais, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Passivos setoriais e Arrendamentos, compensados pelas variações nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Obrigações de benefício pós-emprego.

Principais variações:

O decréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures refere-se as liquidações ocorridas durante o ano. Pagamentos antecipados das 4ª emissão, 5ª emissão e 6ª emissão de notas promissórias e a liquidação antecipada do empréstimo 4131 de 2020.

O acréscimo na conta de Provisão para demandas judiciais refere-se as movimentações de provisões/baixas no exercício de processos tributários, cíveis, ambientais e regulatórios.

O decréscimo na conta de Obrigações de benefício pós-emprego decorre das mudanças nas premissas financeiras do plano, principalmente no índice da taxa de desconto.

O acréscimo na conta de Imposto de renda e contribuição social diferidos decorre principalmente pela opção da Companhia pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para o exercício de 2021.

O reconhecimento dos Passivos setoriais está atrelado à Deliberação ARSESP nº 1010, conforme explicação citada nas variações do Passivo circulante – conta Passivos setoriais CP.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio líquido**

O Patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 590.052 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.105.217 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação ocorreu principalmente pela destinação de parte do resultado do exercício para a conta de reserva de lucro, compensados pelas variações nas contas de Ajuste de avaliação patrimonial decorrente do plano de benefício pós-emprego conforme relatório atuarial, pagamento de dividendos com base no saldo de Reservas de lucros do exercício anterior e da movimentação na conta de Reservas de capital.

Parte dos lucros auferidos no exercício de 2021 foram distribuídos como dividendos/JCP.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2020	AV %	31/12/2019	AV %	AH %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.787.503	16,8	908.522	10,7	96,7
Fornecedores	1.040.693	9,8	1.154.206	13,7	(9,8)
Ordenados e salários a pagar	70.232	0,7	59.928	0,7	17,2
Imposto de renda e contribuição social correntes	300.498	2,8	395.730	4,7	(24,1)
Outros tributos a pagar	165.103	1,6	177.463	2,1	(7,0)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.688	0,0	1.450	0,0	16,4
Pagáveis à partes relacionadas	8.930	0,1	6.515	0,1	37,1
Outros passivos financeiros	95.428	0,9	92.111	1,1	3,6
Passivos setoriais	91.912	0,9	—	—	—
Arrendamentos	2.282	0,0	1.680	0,0	35,8
Outras contas a pagar	45.876	0,4	10.288	0,1	345,9
Passivo circulante	3.610.145	34,0	2.807.893	33,2	28,6
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.256.406	49,5	4.336.420	51,3	21,2
Provisão para demandas judiciais	74.236	0,7	128.735	1,5	(42,3)
Obrigações de benefício pós-emprego	564.576	5,3	630.549	7,5	(10,5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.775	0,3	—	—	—
Outros tributos a pagar	5.657	0,1	6.142	0,1	(7,9)
Passivos setoriais	473.999	4,5	—	—	—
Arrendamentos	8.038	0,1	9.163	0,1	(12,3)
Outras contas a pagar	—	—	13.312	0,2	(100,0)
Passivo não circulante	6.416.687	60,4	5.124.321	60,6	25,2
Total do passivo	10.026.832	94,4	7.932.214	93,9	26,4
Capital social	536.315	5,1	536.315	6,3	—
Reserva de capital	5.730	0,1	6.175	0,1	(7,2)
Reserva de reavaliação	5.761	0,1	5.761	0,1	—
Ajuste de avaliação patrimonial	(176.726)	(1,7)	(233.009)	(2,8)	(24,2)
Reserva de lucros	218.972	2,1	204.266	2,4	7,2
Patrimônio líquido	590.052	5,6	519.508	6,1	13,6
Total do passivo e patrimônio líquido	10.616.884	100,0	8.451.722	100,0	25,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

O Passivo circulante da Companhia passou de R\$ 2.807.893 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 3.610.145 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 28,6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores, Imposto de renda e contribuição social correntes e Passivos setoriais.

Principais variações:

O acréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures refere-se as captações ocorridas durante o ano. Notas promissórias referente a 4ª, 5ª e 6ª emissão, BNDES referente Projeto VIII e Resolução 4.131.

O decréscimo na conta de Fornecedores ocorreu principalmente pela redução dos volumes de compra de gás justificado pelos efeitos da pandemia, amenizados pela variação cambial do dólar e pelos reajustes de preços ocorridos nos contratos de gás.

O decréscimo na conta de Imposto de renda e contribuição social correntes reflete o resultado apurado no exercício.

O reconhecimento dos Passivos setoriais está atrelado a Deliberação ARSESP nº 1.010, onde eventuais saldos das diferenças entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários antes do encerramento do período da concessão. Tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Com o advento da referida deliberação, a Companhia entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de 10 de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. A composição é majoritariamente, da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS que serão devolvidos aos consumidores quando do trânsito em julgado da ação, e que deverão ser objetos de discussão junto à ARSESP a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.124.321 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 6.416.687 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 25,2%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Provisão para demandas judiciais, Obrigações de benefício pós-emprego, Imposto de renda e contribuição social diferidos e Passivos setoriais.

Principais variações:

O acréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures refere-se as captações de principal ocorridas durante o ano. Notas promissórias referente a 4ª, 5ª e 6ª emissão, BNDES referente Projeto VIII e Resolução 4.131.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O decréscimo na conta de Provisão para demandas judiciais refere-se as movimentações de provisões/baixas no exercício de processos cíveis, ambientais, regulatórios e trabalhistas.

O decréscimo na conta de Obrigações de benefício pós-emprego decorre principalmente das mudanças nas premissas financeiras do plano.

O acréscimo na conta de Imposto de renda e contribuição social diferidos decorre principalmente das variações do resultado não realizado com derivativos, arrendamentos, obrigação de benefício pós-emprego e baixa da conta corrente regulatória.

O reconhecimento dos Passivos setoriais está atrelado a Deliberação ARSESP nº 1010, conforme explicação citada nas variações do Passivo circulante – conta Passivos setoriais CP.

Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido da Companhia passou de R\$ 519.508 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 590.052 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 13,6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pela utilização da reserva de lucro para pagamento de dividendos ocorridos no decorrer do exercício e pelo ajuste de avaliação patrimonial decorrente do plano de benefício pós-emprego conforme relatório atuarial. Os lucros auferidos no exercício de 2020 foram distribuídos como dividendos/JCP praticamente na sua totalidade.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Resultado Operacional e Financeiro****A. Resultado das Operações da Companhia, em especial:**

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Vendas de gás, Prestação de serviços e outros, Receita de construção (-) Impostos e deduções sobre vendas.

A receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 11.709.713, representando um acréscimo de 40,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 8.317.691.

A receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 8.317.691, representando um decréscimo de 12,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 9.514.222.

As operações da Companhia se baseiam na premissa de garantia da entrega do gás com segurança, qualidade e confiabilidade, com investimentos contínuos na expansão e modernização.

Essa política se traduz no número recorde de clientes na base que, em 2021, chegou a 2.232.288, sendo 131 mil novos consumidores no ano, com investimentos de R\$ 1.175,1 milhões no exercício.

Em 2020, a Companhia chegou a 2.101.357, sendo 92 mil novos consumidores no ano, com investimentos de R\$ 997 milhões no período.

Em 2019, a Companhia chegou a 2.009.271, sendo 104 mil novos consumidores no ano, com investimentos de R\$ 899 milhões no período.

O número total de clientes supera o de medidores, pois um único medidor pode atender a um conjunto de apartamentos (UDAs – Unidade Domiciliar Autônoma). Abaixo número de clientes em cada mercado:

Número de clientes	2021	2020	2021 x 2020	2019	2020 x 2019
Residencial	1.433.178	1.354.503	5,8%	1.300.329	4,2%
Número de UDA's *	2.211.799	2.081.466	6,3%	1.989.004	4,6%
Comercial	18.763	18.244	2,8%	18.652	-2,2%
Industrial	1.481	1.400	5,8%	1.358	3,1%
Termogeração	2	2	0,0%	2	0,0%
Cogeração	29	29	0,0%	33	-12,1%
Automotivo	214	216	-0,9%	222	-2,7%
Total Medidores	1.453.667	1.374.394	5,8%	1.320.596	4,2%
Total UDA's	2.232.288	2.101.357	6,2%	2.009.271	4,6%

(*) UDA's (Unidade Domiciliar Autônoma)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O volume total de gás distribuído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, obteve acréscimo de 14,9% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, passando de 4.229.421mm³ para 4.859.076mm³. Os Diretores da Companhia entendem que o acréscimo se deu principalmente pelos efeitos da retomada da pandemia (COVID-19) em todos os segmentos. O segmento residencial apresentou crescimento de 4%, impulsionado pela adição bruta de 145mil novos clientes nos últimos 12 meses, e pela queda da temperatura média nos períodos. O segmento comercial apresentou acréscimo de 11% e segmento industrial com acréscimo de 14%, ambos impactados pela retomada das atividades que com medidas restritivas mais flexíveis, se mostram mais aquecidos do que no mesmo período do ano anterior. O segmento cogeração apresentou acréscimo de 29%, associado ao aumento do custo da energia de outras matrizes nos primeiros três trimestres do ano e o segmento automotivo apresentou acréscimo de 28%, em decorrência da maior alta de preços de outros combustíveis gerando incremento de novas conversões.

O volume total de gás distribuído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, obteve decréscimo de 6,3% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, passando de 4.512.371mm³ para 4.229.421mm³. Os Diretores da Companhia entendem que o decréscimo se deveu principalmente pelos efeitos da pandemia (COVID-19) na maioria dos segmentos, com exceção ao segmento residencial. O segmento comercial apresentou decréscimo de 28,4% impactado por relevante redução da demanda das atividades dos ramos comerciais, o segmento automotivo apresentou decréscimo de 29,1%, afetado pelos impactos do isolamento social e diminuição da circulação de carros e frotas e o segmento residencial apresentou acréscimo de 7,9% impulsionado pela adição de 92 mil novos clientes em 2020, queda de temperatura média dos períodos e aumento do consumo médio nas residências influenciados pelo cenário da pandemia.

Volume (mil m³)	2021	2020	2021 x 2020	2019	2020 x 2019
Residencial	312.314	301.517	4%	279.450	7,9%
Comercial	127.996	114.920	11,0%	160.573	-28,4%
Industrial	3.804.594	3.335.512	14,0%	3.516.469	-5,1%
Cogeração	412.153	319.907	29,0%	333.800	-4,2%
Automotivo	202.019	157.565	28,0%	222.079	-29,1%
Volume	4.859.076	4.229.421	14,9%	4.512.371	-6,3%
mm³/dia	13,3	11,6	14,9%	12,4	-6,5%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados das operações da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários.

Em 06 de fevereiro de 2019, a ARSESP divulgou os resultados das Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, por meio da publicação da Nota Técnica NT.F-0002-2019 que definiu o custo médio ponderado de capital em 8,27% para o próximo ciclo e a Nota Técnica NT.F-0003-2019 que define a metodologia a ser utilizada no processo de revisão tarifária. Também foi publicada a minuta final do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A ARSESP anunciou no final do exercício de 2018 o início da revisão tarifária da Companhia que se encerrou em 23 de maio de 2019, conforme divulgado por meio de Fato Relevante pela Companhia. A ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTF-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia, compreendida no período de 31 de maio de 2018 à 30 de maio de 2024, em que determinou atualizações para a Margem Máxima (P0), que teve seu valor atualizado para R\$ 0,5182 por metro cúbico, e para o Fator X, que teve o percentual estabelecido de 0,52% ao ano. As tabelas tarifárias atualizadas passam a vigorar a partir de 31 de maio de 2019, após publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Em 01 de fevereiro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 849, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte contido nas tarifas, que varia de acordo com o preço internacional do petróleo e a taxa de câmbio. Além disso, realizou o repasse da conta corrente regulatória, acumulado dos últimos 12 meses. Houve um aumento médio de 11% para o segmento residencial, 14% para o segmento comercial, 32% para o segmento industrial e 40% para o segmento automotivo (gás natural veicular - GNV).

Em 26 de fevereiro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 852, que reduziu o percentual de variação das tarifas da Companhia, por meio do diferimento no tempo. As reduções foram aplicadas a todos os segmentos de forma distinta, sendo elas: (3%) no segmento residencial; (4%) para o segmento comercial; (7%) para o segmento industrial; e (8%) para o segmento automotivo, considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis. O reajuste entrou em vigor em 01 de março de 2019 e foi mantido até a data base de atualização das tarifas da Companhia em 31 de maio de 2019.

Em 23 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTN-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia, compreendida no período de 31 de maio de 2018 à 30 de maio de 2024. A Nota Técnica Final NTF- 0030-2019 determinou, em relação à Margem Máxima (P0), o valor de R\$ 0,5182 por metro cúbico, em moeda de abril de 2018, tendo seu valor reajustado pela variação do IGP-M no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019 e descontados do Fator X. Para o Fator X, o percentual estabelecido foi de 0,52% ao ano.

Em 31 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 875, com efeitos prospectivos a partir de 01 de junho de 2019, denominada revisão tarifária quinquenal, com alterações nas tarifas da Companhia para todos os segmentos de consumo. Estas alterações são resultado da readequação das margens de distribuição da Companhia, de acordo com processo de Revisão Tarifária e do repasse dos custos de gás comprados de seu fornecedor.

Em 02 de março de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 968, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária.

Em 27 de maio de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 995, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas, sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Específico (TUSD-E) a serem aplicadas no mercado livre e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de maio de 2020.

Em 26 de agosto de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1040, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de agosto de 2020.

Em 26 de novembro de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1065, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 30 de novembro de 2020, revogando a Deliberação nº 1040.

Em 13 de janeiro de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1111, que altera a alíquota de ICMS (de 15% para 15,6%) para efeito de cálculo tributável do PIS e da COFINS, nas tabelas tarifárias aplicadas pela concessionária a partir de 15 de janeiro de 2021.

Em 25 de fevereiro de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1136, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias aplicadas pela concessionária a partir de 28 de fevereiro de 2021.

Em 26 de maio de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1162, que dispôs sobre o reajuste dos valores das margens de distribuição para todos os segmentos, atualização do custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas para todos os segmentos e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Específico (TUSD-E). Os efeitos desta portaria são prospectivos, a partir de 31 de maio de 2021.

Em 26 de agosto de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1213, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de agosto de 2021.

Em 08 de dezembro de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1254, que dispôs sobre o reajuste dos valores das margens de distribuição para todos os segmentos, atualização do custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas para todos os segmentos e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS. Os efeitos desta portaria são prospectivos, a partir de 10 de dezembro de 2021.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita bruta na venda de gás e serviços da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de R\$ 15.025.437 e R\$ 11.169.847, respectivamente, apresentando acréscimo de 34,5% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos efeitos da retomada da pandemia (COVID-19) em todos os segmentos, pois houve um aumento de 14,9% no volume entre os exercícios.

A receita bruta na venda de gás e serviços da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de R\$ 11.169.847 e R\$ 12.007.663, respectivamente, apresentando decréscimo de 7,0% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos efeitos da pandemia (COVID-19).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores da Companhia informam que as principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais são o IGP-M, CDI e IPCA:

IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”, até 01 de outubro de

2021, em virtude da assinatura do 7º aditivo do contrato de concessão, houve a substituição do IGP-M pelo IPCA como índice de reajuste.

CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.

IPCA: Como parte dos contratos da Companhia estão indexados ao IPCA (empréstimos do BNDES e Debêntures), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço da dívida da Companhia. Além dos contratos citados, a partir de 01 de outubro de 2021, em virtude da assinatura do 7º aditivo do contrato de concessão, houve a substituição do IGP-M pelo IPCA como índice de reajuste pelo regulador.

- **Taxas de câmbio:** A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com sua política de tesouraria, devidamente protegidas (“swapadas”) para Reais indexados à CDI.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia, aumentando suas despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não tem impacto material sobre o negócio da Companhia para os períodos apresentados. Anualmente, o Órgão Regulador da Companhia (ARSESP) corrige a margem bruta da Companhia pela inflação registrada nos últimos 12 (doze) meses.

Os contratos de fornecimento de gás natural, principal insumo da Companhia, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Todas as variações impactam diretamente na margem bruta da Companhia. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro da Companhia. Esse mecanismo confere à Companhia uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Comentário dos diretores sobre eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores.

A. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social de 2021 que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

C. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores confirmam que não houve evento ou operação não usual nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Comentários dos Diretores sobre Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Os Diretores da Companhia informam que os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para a Companhia: OCPC 07 – “Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros”.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia adotou, inicialmente a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados à data de adoção, e, portanto, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser reportada de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e ICPC 03/ IFRIC 4.

A Companhia arrenda edificações e equipamentos. Os contratos de arrendamento são normalmente celebrados por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

C. Ressalvas e ênfases presentes do relatório do auditor

Os Diretores informam que os pareceres dos Auditores Independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, foram emitidos sem ressalvas.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira continua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- I. Nota 5.3 - Contas a receber de clientes
- II. Nota 5.9 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- III. Nota 7 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil)
- IV. Nota 9 - Compromissos

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- V. Nota 5.7 - Ativos e passivos setoriais
- VI. Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social
- VII. Nota 11 - Provisão para demandas e depósitos judiciais
- VIII. Nota 18 - Benefícios pós-emprego
- IX. Nota 19 - Pagamento baseado em ações

A. Nota 5.3 – Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

B. Nota 5.9– Mensurações de Valor Justo Reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados;
- ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado;
- iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho de Administração.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

C. Nota 7 – Ativos Intangíveis (Definição de Vida Útil)**ATIVOS INTANGÍVEIS RELACIONADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO**

A Companhia possui um contrato de concessão pública para exploração do serviço de distribuição de gás canalizado no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Contratos com Cliente**

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

D. Nota 9 – Compromissos**Compromissos de Arrendamento Mercantil**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

Compromisso com Contratos de Fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 7.745.842 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023.

E. Nota 5.7 – Ativos e Passivos Setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto:

(i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, a Companhia entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de 10 de junho de 2020, os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o saldo de passivo financeiro setorial líquido de (R\$ 813.973), sendo (R\$ 324.162) saldo inicial, R\$ 129.465 em contrapartida à receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, (R\$ 355.866) em contrapartida ao resultado financeiro e (R\$ 263.410) em contrapartida a outras receitas operacionais.

F. Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

- Exposição fiscal

Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

- Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

G. Nota 11 – Provisão de Demandas Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

H. Nota 18 – Benefícios Pós-emprego

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

- Planos de Contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Planos de Benefício Definido

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

I. Nota 19 – Pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**A. OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELA COMPANHIA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITEMS), TAIS COMO:****Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia informam que esta possui contratos de aluguel, evidenciado em linha específica no balanço patrimonial – Arrendamentos atendendo a norma CPC 06 e outros contratos não elegíveis ao CPC 06 que são reconhecidos diretamente em despesas gerais e administrativas.

Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Contratos de construção não terminadas

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

- Investimentos, incluindo:**I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia investiu o montante de R\$ 1.175,1 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume destinado à expansão da rede de distribuição de gás, em linha com o Guidance esperado para o ano. Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos foram de R\$ 997 milhões e R\$ 899 milhões, respectivamente.

II. Fontes de financiamentos dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou, entre os anos de 2019 à 2021, instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (emissão de valores mobiliários, como, por exemplo, debêntures), além de novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais.

III. Desenvolvimentos relevantes em andamento e desenvolvimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

- Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Os Diretores da Companhia afirmam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram adicionados 0,9 mil quilômetros de rede. No mesmo período referente ao ano de 2020 e 2019, foram adicionados 1,5 mil e 1.1mil quilômetros de rede, respectivamente, para levar gás a novos consumidores.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2021, aproximadamente 17,8% maior que no ano anterior e em linha com o planejamento da Companhia.

- Novos produtos e serviços:

Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 5.3 - Contas a receber de clientes
- ii. Nota 5.9 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- iii. Nota 7 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil)
- iv. Nota 9 - Compromissos
- v. Nota 5.7 - Ativos e passivos setoriais
- vi. Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social
- vii. Nota 11 - Provisão para demandas e depósitos judiciais
- viii. Nota 18 - Benefícios pós-emprego
- ix. Nota 19 - Pagamento baseado em ações

Para maiores detalhes, vide item 10.4(c) do Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens Relevantes não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas.

A. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

(I) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(II) Carteiras de recebíveis baixas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(III) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(IV) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(V) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

B. Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de Negócios

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia.

A. Investimentos, incluindo:

(I) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia investiu o montante de R\$ 1.175,1 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume destinado à expansão da rede de distribuição de gás, em linha com o Guidance esperado para o ano. Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos foram de R\$ 997 milhões e R\$ 899 milhões, respectivamente.

(II) Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou, entre os anos de 2019 à 2021, instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (emissão de valores mobiliários, como, por exemplo, debêntures), além de novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais.

(III) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Os Diretores da Companhia afirmam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram adicionados 0,9 mil quilômetros de rede. No mesmo período referente ao ano de 2020 e 2019, foram adicionados 1,5 mil e 1.1mil quilômetros de rede, respectivamente, para levar gás a novos consumidores.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2021, aproximadamente 17,8% maior que no ano anterior e em linha com o planejamento da Companhia.

C. Novos produtos e serviços:

Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Outros Fatores Com Influência Relevante**

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais subitens.